



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o acesso de mulheres aos cargos de liderança do sistema de justiça.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o acesso de mulheres aos cargos de liderança do sistema de justiça. Para a referida audiência, sugerimos os (as) seguintes convidados (as):

- 1) **Cármem Lúcia Antunes Rocha**, Ministra do Supremo Tribunal Federal;
- 2) **Carolina Evangelista**, pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (ISER);
- 3) **Clara da Mota Santos Pimenta Alves**, Juíza Federal e Secretária-Geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- 4) **Débora Duprat**, ex-Vice-Procuradora-Geral da República e ex-Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;
- 5) **Denise Dora**, Conselheira-Diretora da THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos;
- 6) **Luciana Zaffalon**, Diretora-Executiva da Plataforma JUSTA;
- 7) **Luiza Helena Trajano**, Presidenta do Grupo Mulheres do Brasil;
- 8) **Mônica de Melo**, Defensora Pública do Estado de São Paulo e integrante do Fórum Justiça **ou Rosane M. Reis Lavigne**, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro e Co-Coordenadora-Geral do Fórum Justiça;





- 9) **Sueli Carneiro**, Coordenadora de Memória e Reparação do Geledés – Instituto da Mulher Negra;
- 10) **Dra. Carolina Ormanes Massoud**, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Pará (APEPA e Procuradora do Estado do Pará;
- 11) Representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

JUSTIFICAÇÃO

A presente Audiência Pública tem por objetivo promover um amplo debate sobre o acesso de mulheres aos cargos de liderança no sistema de justiça brasileiro, tema de elevada relevância para o fortalecimento das instituições e a promoção da igualdade de oportunidades.

Embora as mulheres representem parcela significativa dos quadros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da advocacia e de outras carreiras jurídicas, sua presença nos postos de direção e nos espaços de tomada de decisão ainda é desproporcionalmente reduzida, em especial a de mulheres negras. Tal sub-representação em tribunais superiores, presidências de tribunais, procuradorias, corregedorias e demais cargos estratégicos evidencia a persistência de barreiras estruturais, culturais e institucionais que limitam o pleno exercício da liderança por mulheres.

A ampliação da participação de mulheres, especialmente mulheres negras, em posições de comando não constitui apenas uma questão de justiça e equidade, mas também um fator essencial para a construção de instituições mais representativas, plurais e sensíveis à diversidade da sociedade brasileira.

Diante desse contexto, a realização da presente Audiência Pública permitirá reunir representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da academia, da sociedade civil organizada, com o propósito de compartilhar diagnósticos, experiências e boas práticas, bem como discutir medidas capazes de ampliar as oportunidades de ascensão profissional e garantir maior equilíbrio nos espaços de liderança do sistema de justiça.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, a audiência contribuirá para o fortalecimento do debate público e para a construção de propostas que promovam a igualdade de oportunidades, a valorização da diversidade e o aprimoramento das instituições responsáveis pela garantia dos direitos e da justiça em nosso país.

Sendo assim, solicito o apoio dos (as) nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de de 2026.

Deputada Federal **ERIKA KOKAY** - PT/DF

Apresentação: 07/08/2026 14:47:55.067 - CLP

REQ n.71/2026

